



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.331/2010

Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento Rural – PRODER, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Desenvolvimento Rural - PRODER, cujos principais objetivos são:

- I - fortalecer o Agronegócio;
- II - difundir as práticas de preservação ambiental;
- III - valorizar o trabalho agropecuário;
- IV - fomentar o acesso ao crédito voltado para a expansão da atividade rural;
- V - estimular a produtividade da pequena e média propriedade;
- VI - garantir infraestrutura para uma vida digna no campo;
- VII - desenvolver o agroturismo municipal.

Art. 2º - Para a efetivação do Programa, o Município poderá firmar termos, convênios e contratos com particulares, inclusive com instituições financeiras, a fim de fomentar o acesso ao crédito rural e ao desenvolvimento do campo, no âmbito municipal.

Art. 3º - Sem prejuízo de outros atos que importem em incentivo ao desenvolvimento rural, a política de desenvolvimento rural compreende:

- I - nivelamento, escoamento, ensaibramento e relocação dos acessos às propriedades rurais;
- II - elaboração de projetos de investimento agropecuário;
- III - ampliação de programas municipais, estaduais e federais, voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- IV - estímulo ao cooperativismo;
- V - apoio à realização de feiras e exposições agropecuárias;
- VI - orientação quanto a práticas sustentáveis e sócio-ambientais, voltadas para o uso racional dos recursos naturais;
- VII - fortalecimento do agronegócio, assegurando e disponibilizando tecnologias e conhecimentos capazes de promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - O desenvolvimento de projetos de investimento agropecuário de que trata o inciso II, do *caput* deste artigo, será realizado através de parceria com os setores público e privado, visando o acesso ao crédito rural por parte do produtor, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 2º - As obras de infraestrutura necessárias ao escoamento da produção rural serão realizadas conforme planejamento da Secretaria de Agricultura em parceria com a Secretaria de Obras, observados os recursos orçamentários previamente destinados a esse fim.

§ 3º - A política de incentivo ao crédito rural não condiciona a atuação do produtor nem gera responsabilidade municipal por eventual inadimplemento.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DO
ANO DOIS MIL E DEZ.
(01/12/2010)

Ver^a ALZIRA MACHADO FERNANDES
Presidenrte

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 06/12/2010, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo